

ORGANIZADORES:

BENÍCIO VIERO SCHMIDT - RENATO DE OLIVEIRA - VIRGILIO ALVAREZ ARAÇÓN

ENTRE ESCOMBROS E ALTERNATIVAS: ENSINO SUPERIOR NA AMÉRICA LATINA



EDITORA



UnB

As velozes e intensas mudanças sociais que vivemos nas últimas duas décadas refletem-se nas instituições. Os debates atuais giram em torno de novos paradigmas de estruturação e administração das organizações. Cada uma das organizações sociais volta-se para o seu interior, discutindo sua missão e suas metas estratégicas para o próximo século, sem esquecer a interrelação com as outras organizações e com as várias esferas estatais e sociais. O ensino superior não escapa a esse exame crítico. A entrada do novo século e mesmo do novo milênio, com todas as mudanças econômicas, políticas e culturais que já se antecipam, impõe repensar as estruturas, os objetivos e a função social que o ensino superior, a universidade, a ciência & tecnologia e a profissão acadêmica desempenharão neste novo contexto. O Estado debruça-se sobre esse novo tema, assim como a própria Academia e mesmo a sociedade. Os atores dialogam e buscam o consenso, nem sempre fácil, nem sempre possível, na definição de políticas que dêem um novo formato, uma nova missão, um novo papel ao ensino superior, à ciência & tecnologia, à universidade e à profissão acadêmica. Os problemas que afetam ao Brasil, nesse sentido, não são simplesmente dele, são problemas comuns aos outros países do continente latino americano, ainda que em dimensões e condições diferentes.

**ENTRE ESCOMBROS E ALTERNATIVAS:
ENSINO SUPERIOR
NA AMÉRICA LATINA**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor

Lauro Morhy

Vice-Reitor

Timothy Martin Mulholland

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Diretor

Alexandre Lima

Conselho Editorial

Alexandre Lima,
Airton Lugarinho de Lima Camara,
Estevão Chaves de Rezende Martins,
José Maria G. de Almeida Júnior,
Moema Malheiros Pontes

BENÍCIO VIERO SCHMIDT
RENATO DE OLIVEIRA
VIRGILIO ALVAREZ ARAGÓN
(Organizadores)

ENTRE ESCOMBROS E ALTERNATIVAS:
ENSINO SUPERIOR
NA AMÉRICA LATINA

EDITORA



UnB

Copyright © 2000 by Benício Viero Schmidt, Renato de Oliveira & Virgilio Alvarez Aragón (organizadores)

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 5.988, de 14/12/73.

É proibida a reprodução, total ou parcial, por quaisquer meios,
sem autorização prévia, por escrito, da editora.

Editora Universidade de Brasília

SCS Quadra 02 Bloco "C" nº 78

Edifício OK - 2º andar

70300-013 Brasília – DF - BRASIL

Fone: (55 00 xx 61) 226-6874 - Fax: (55 00 xx 61) 225-5611

Site: <http://www.editora.unb.br> - Endereço Eletrônico: editora@unb.br

Supervisão Geral de Editoria: Maria Zélia Borba Rocha

Capa, projeto gráfico e editoração eletrônica: Data Certa Comunicação

Ficha catalográfica elaborada pela
Biblioteca da Universidade de Brasília

Schmidt, Benício Viero

S349

Entre escombros e alternativas: ensino superior na América Latina /
Benício Viero Schmidt, Renato de Oliveira, Virgilio Alvarez Aragon. -
Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

310 p.

ISBN 85-230-0602-8

1. Ensino superior - América Latina. 2. Ensino superior e sociedade. 3.
Política educacional - América Latina. I. Oliveira, Renato de. II. Aragon,
Virgilio Alvarez. III. Título.

CDU 378.014.53(7/8)

Financiamento:

CAPES – Fundação-Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO **9**

PREFÁCIO

A EDUCAÇÃO SUPERIOR LATINO-AMERICANA EM UMA ENCRUZILHADA **15**
Virgilio Alvarez Aragón e Maria Zélia Borba Rocha

UNIVERSIDADE, ELITES E ESTADO

A UNIVERSIDADE, A FORMAÇÃO DAS ELITES E A CONSTRUÇÃO DO ESTADO NO BRASIL **29**
José Antônio Giusti Távares

A FORMAÇÃO DE CIENTISTAS: NECESSIDADES E SOLUÇÕES

ASPECTOS DA FORMAÇÃO DE CIENTISTAS NO PAÍS: EVIDÊNCIAS, ÊXITOS E DESAFIOS **77**
Jacques Velloso

FORMAÇÃO DE CIENTISTA: O CASO DE VITAL BRAZIL (1865/1950) **99**
André de Faria Pereira Neto

PROFISSÃO ACADÊMICA: ESPECIFICIDADES E PERSPECTIVAS

A PROFISSÃO ACADÊMICA NO BRASIL: CONDIÇÕES ATUAIS E PERSPECTIVAS PARA O FUTURO **139**
Elizabeth Balbachevsky

LOS ACADÉMICOS EN LOS NOVENTA: ¿ACTORES, SUJETOS, ESPECTADORES O REHENES? **155**
Manuel Gil Antón

LA PROFESION ACADÉMICA EN BRASIL: EL CASO DE LA UNIVERSIDAD DE BRASÍLIA **179**
Virgilio Alvarez Aragón

Políticas Públicas e Acadêmicos: um caso de impacto **205**

MARIA ZÉLIA BORBA ROCHA

Universidade Pública, C&T e Acadêmicos **229**

VILMA FIQUEIREDO

AS NOVAS POLÍTICAS DE REESTRUTURAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR E O FUTURO DA UNIVERSIDADE

A Educação Superior e a Globalização **239**

BENÍCIO VIERO SCHMIDT

A Universidade Pública Brasileira entre a Reforma e a Contra-Reforma **263**

RENATO DE OLIVEIRA

LA UNIVERSIDAD LATINOAMERICANA:

PROMESAS CUMPLIDAS Y DESAFÍOS PENDIENTES - EL CASO ARGENTINO **279**

CARLOS ALBERTO MARQUIS

LAS NUEVAS POLÍTICAS DE REESTRUCTURACION DE LA

ENSEÑANZA SUPERIOR Y EL FUTURO DE LAS UNIVERSIDADES **297**

UBALDO ZÚÑIGA QUINTANILHA

Sobre as Instituições **307**

Sobre os Autores **309**

Profissão Acadêmica: Especificidades e Perspectivas

Políticas Públicas e Acadêmicos: UM CASO DE IMPACTO*

MARIA ZÉLIA BORBA ROCHA

O mundo tem mudado muito e rapidamente nas últimas duas décadas. Melhor seria dizer que as mudanças têm-se tornado mais visíveis. A sociedade, dita globalizada, impõe uma dinâmica que aturde. A economia transmuda-se, a política assume novas formas, os valores alteram-se. O movimento social é frenético. A instabilidade é inerente ao tecido social. A volatilidade do movimento deixa-nos ‘sem chão’.

No modo de desenvolvimento denominado informacional, a unidade de valor é a informação. A produção e a conseqüente circulação da informação é, agora, o eixo em torno do qual organizam-se o mercado, o Estado e a sociedade. Estrutura-se uma nova divisão internacional do trabalho na qual o patamar mais elevado é ocupado pelos “*produtores de alto valor com base no trabalho informacional*”¹ Isso equivale dizer que as economias mais capazes de gerar e divulgar novos conhecimentos e de transformá-los em tecnologia e em informação estarão no centro dessa espiral. Exatamente em que consiste a atual dinâmica social: uma espiral - “*uma curva gerada por um ponto móvel que gira em torno de um ponto fixo*”². Portanto, uma curva em movi-

* Agradeço, penhoradamente, as observações de Bárbara Freitag e de Vilma Figueiredo, muito embora os meus limites não tenham permitido, no momento, absorver, de todo, as sugestões propostas por ambas.

1 - Castells, 1999: 160.

2 - Aurélio, 1999: 818.

mento cujo ponto fixo em torno do qual giram a economia, os Estados, a política e até mesmo os mercados financeiros³ é a informação. Particularmente a informação especializada: a que advém do conhecimento científico.

A criação da informação e sua veiculação em rede são estratégicas à geração do conhecimento na atualidade. Graças ao fácil e rápido acesso, através da rede, aos conhecimentos produzidos (teorias, métodos, leis, fórmulas, novos materiais e instrumentos de pesquisa), o saber científico torna-se, tendencialmente, mais minucioso, mais profundo, mais velozmente criado e, paradoxalmente, mais fragmentado. Hoje, a facilidade de acesso à informação é primal à produção do conhecimento científico. Este, por sua vez, consubstanciou-se, desde sua incorporação como fator de produção, por volta da segunda metade do século XIX, em alternativa de saída de antigos problemas sociais, em fonte geradora de novas angústias sociais, em janela que possibilita o vislumbre de horizontes novos. O conhecimento é, assim, ao mesmo tempo fonte causadora e solucionadora da instabilidade impregnada como fios que compõem a tessitura social. A informação, sua mais diletta cria que, portadora das asas de Mercúrio⁴, embriaga-nos a todos com sua quase velocidade da luz.

Nesse redemoinho social, novas profissões surgem, profissões desaparecem. Mas uma profissão parece firmar-se como pilar das mudanças de conhecimento, tecnológicas e de mentalidades: a profissão acadêmica (e, por extensão, todos os novos e variados tipos e modalidades de professor). Esta é uma tese ousada, que costumo defender em sala de aula e que provoca riso nos alunos. Entretanto, desde a década de setenta que estudos demonstram o movimento de expansão do capital desbravando áreas e setores específicos, cada vez mais dependentes de conhecimento⁵. Utilizando a nomenclatura tradicional, já questionável, o setor da economia que mais se expande, desde os anos setenta, é o terciário e, neste, os setores produtores de conheci-

3 - "...para sua operação e concorrência, o capital financeiro depende do conhecimento e da informação gerados e aperfeiçoados pela tecnologia da informação" (Castells, 1999:500)

4 - Deus grego, mensageiro do Olimpo, portador de asas nos pés que lhe dava velocidade, sua função estava associada à comunicação entre os deuses.

5 - Braverman, 1987.

mento e de informação e, por causa disso, de atividades, mercadorias e serviços novos como telecomunicações, informática, micro-eletrônica e, conseqüentemente, a educação. Dizer que vivemos em uma sociedade do conhecimento já se transmudou em lugar comum. Sociedade do conhecimento porque a produtividade contemporânea é “*acionada substancialmente /.../ pela produção e uso intensivos do conhecimento.*”⁶ Estatísticas de desenvolvimento comprovam que a hegemonia econômica, financeira, política, militar e cultural no mundo hoje está nas mãos das nações que produzem tecnologia de ponta. E produzem porque investiram e investem pesado em uma infra-estrutura científica que está, de forma ininterrupta, gerando conhecimentos puros e aplicados. Neste novo cenário, algumas profissões estão se delineando como estratégicas, em especial aquelas que lidam diretamente com o conhecimento e a informação e, em particular, aquelas capazes de produzi-los. Cada vez mais, estudiosos demonstram que o ápice da pirâmide das profissões no mercado de trabalho será ocupado por aquelas que constituem “*...os níveis mais altos de geradores de conhecimento/ manipuladores de símbolos /.../ o que chamo de trabalhadores ativos na rede, dirigentes e inovadores...*”⁷. Além do mais, as estatísticas de emprego demonstram que não há desemprego nas atividades de ensino e de pesquisa (considerando-se todos os níveis de ensino e todas as áreas do conhecimento), pelo contrário, há carência de pessoal qualificado, com acentuado grau de rotatividade dos profissionais, em especial nos setores de mais baixa qualificação. Desta forma, minha tese não é tão esdrúxula assim.

Os clássicos apontam a profissão acadêmica como portadora de uma especificidade que a distingue das demais: o seu manuseio, a sua prática cotidiana e sistemática com uma atividade muito peculiar que é a produção e a difusão do conhecimento. Isso lhe confere não apenas uma dinâmica própria, mas um *ethos* que lhe é inerente e distintivo das demais profissões. Sem dúvida que essa identidade não é unívoca e monolítica, ao contrário, Clark (1983) ressalta o processo de fragmentação cada vez mais rápido e profundo que sofre a estrutura científica,

6 - Demo, 2000:07.

7 - Castells, 1999:256.

em virtude da especialização do saber. A ética acadêmica também está relacionada à estruturação do campo científico: quanto mais organizada e sistematizada, em termos teórico-metodológicos, uma área do saber, isso confere contornos mais precisos ao *ethos* que guia a ação da profissão acadêmica nessa área. Maior amálgama ético, mais identidade. Essa é uma tendência que coloca a possibilidade não de uma, mas de múltiplas profissões acadêmicas. Entretanto, por maiores que sejam as fragmentações do campo científico e de seu clero, em comum, os autores assinalam como elementos constitutivos da ética acadêmica que dão identidade a essa casta e que têm garantido a longevidade da universidade ao longo desses nove séculos: a liberdade, o auto-governo, a diversidade e a vinculação umbilical entre a pesquisa e o ensino.

A liberdade acadêmica baseia-se no pressuposto de que qualquer hipótese é passível de ser investigada cientificamente, o que significa, por extensão, que qualquer conhecimento submetido aos cânones da academia é legítimo de ser ensinado. O saber científico, em seus momentos de criação e de divulgação, não aceita cabrestos, sejam de cunho religiosos, políticos, ideológicos e, principalmente, do senso-comum. Tal auto-suficiência tem sua raiz calcada na crença do conhecimento. Se existe um valor absoluto no meio acadêmico, este valor é o do conhecimento científico como explicação racional de mundo, ainda que temporária: *“a duras penas, a ciência investiu muito na desmistificação da realidade, através de expedientes crescentes de racionalização”*⁸. Se o conhecimento científico, cuja pretensão de validade aufere-se a partir do questionamento metódico, tenaz e radical constitui, pelo menos, o caminho de busca da verdade (até que surja outra), esta só é possível de ser alcançada em um terreno fértil de liberdade. E se são os acadêmicos os produtores do conhecimento, que possibilita explicar a realidade e apontar possíveis alternativas de saída para os problemas da realidade, não há como aceitar governo em suas atividades que não seja o próprio. A luta histórica da universidade e da profissão acadêmica é, assim, a luta pela conquista de sua autonomia frente às outras formas de poder.

A liberdade de pensamento é, também, alicerce da diversidade no

meio acadêmico. A heterogeneidade de idéias, métodos, teorias, hipóteses e práticas consubstancia a fertilidade da academia e tem possibilitado sua renovação ao longo dos séculos. A diversidade que advém da investigação científica, ampliada para o ensino, possibilita a ventilação deste e, ao mesmo tempo, alimenta aquela: “*ensinar a estudantes significa, em parte, repensar os fundamentos de uma matéria: isto constitui uma espécie de pesquisa*”⁹, por isso se diz da indissociabilidade pesquisa-ensino.

Se a liberdade constitui o húmus que fecunda e renova a produção e a difusão do conhecimento, este não existe sem a crença na força do conhecimento e a dedicação sistemática a sua incessante busca. O conhecimento como valor é intrínseco ao mundo acadêmico, desde suas origens. Conhecimento como possibilidade de explicar a realidade e de transformá-la. A profissão acadêmica cultua esse deus e lhe incensa a imagem através de rituais cotidianos que empreende nessa busca perene. Rituais que incorporam uma dedicação paradoxal: ao mesmo tempo sistemática e criativa. Sistemática pelo apego rigoroso aos cânones teóricos e metodológicos, criativa pelo usufruto da liberdade para inovar, mudar, transformar, revolucionar a realidade, o conhecimento e os próprios paradigmas que dão legitimidade ao produzido. É como se esse deus conhecimento exalasse um ópio que entorpece e hipnotiza todo o seu clero que vive em função dele, ainda que o utilize como meio de sobrevivência. Por isso a profissão acadêmica tem um quê de insanidade, de religiosidade e de arte.

A independência do meio acadêmico tende a ser ressaltada de forma idílica e romântica, mas há muito que estudiosos desvelaram as relações de poder imbricadas *endo* e *exo* ao campo científico. Bourdieu (1994) mostra-nos como o campo científico é como qualquer outro, com monopólios, relações de força, lutas, estratégias, interesses, lucros. Portanto, um campo minado onde a escala de independência das instituições científicas e do acadêmico resulta de uma complexa rede de relações de poder seja ao nível interno, seja em suas relações com o Estado. Clark (1983), por sua vez, relaciona o grau de autonomia do meio científico e, conseqüentemente, as relações de poder internas e

externas à consolidação da área do conhecimento: quanto maior a estruturação/consolidação de uma área do saber, em termos teórico-metodológicos, maior a possibilidade de sua independência. Essa questão torna-se tão mais problematizadora em um contexto social globalizante como o nosso. Se, historicamente, o financiamento estatal tem garantido relativa autonomia às atividades acadêmicas em conjunturas políticas democráticas, a escassez cada vez maior de recursos obriga as universidades a desenvolverem novas estratégias na busca de financiamento advindo do mercado, o que leva a uma outra configuração de alianças e de poder que termina por comprometer, em graus variados, a independência científica, direcionando objetos de estudo, investigações empíricas e, até mesmo, o produto final: o conhecimento¹⁰. Enfim, não somos, nunca fomos tão livres quanto gostaríamos.

A difusão do conhecimento científico também não se dá de maneira tão linearmente idealista e democrática. O acesso ao saber científico sempre se constituiu privilégio de um seletivo grupo de iniciados que cumpre os diversos rituais de passagem. Obstáculos que vão desde os econômico-sociais aos mecanismos internos de seletividade inerentes à instituição. A sociedade democrática tem empreendido com ênfase a luta pela socialização do saber como basilar à construção/consolidação da cidadania. Hoje, mais do que nunca, conhecimento torna-se recurso estratégico pois, nesse novo patamar de desenvolvimento social que atravessamos, a mercadoria mais cara, mais procurada não é mais o produto concreto, palpável. É o conhecimento que se transforma em tecnologia ou banaliza-se em pastiche de conhecimento - informação - circulando na forma de novas mercadorias ou de novos serviços, através da mídia, da internet, nas salas de aula que difundem o 'conhecimento' imediato, pragmático, consagrando a hegemonia do pensamento utilitarista como marca de nossa época¹¹. E, apesar da profusão de meios de divulgação, a acumulação e a proteção do conhecimento científico produzido constitui-se, mais do que nunca, em fonte de poder e de hegemonia.

As conturbadas e cada vez mais velozes transformações na economia, na política e na cultura indicam a possibilidade da sociedade

10 - Vessuri, 1994.

11 - Goergen, 1996.

capitalista ocidental estar atravessando uma reestruturação¹², motivada por seu movimento de expansão e, nesse processo, está subsumindo e transformando as sociedades de estruturação e dinâmicas diferentes, em um movimento global. Tudo indica que chegamos a uma encruzilhada: uma modernidade que se consolidou e se transcendeu muito graças ao saber racional e comprovado da ciência, produzido, principalmente (mas não só), nas academias ao longo dos seus nove séculos de existência, e a superação dessa modernidade a partir dela mesma, o que requer, também, a mudança em uma estrutura secular - a universidade - e em um *ethos* específico - o da profissão acadêmica.

A febre de reforma das instituições em nome dos 'novos tempos' inciou-se em fins dos anos setenta. Da empresa privada ao Estado, a universidade não poderia ficar de fora desse movimento. Reformar as instituições em suas estruturas, funcionamento inclusive e, principalmente, cultura. E reformar a universidade em sua cultura implica a mudança do *ethos* que constitui a identidade, que consolida a existência e que confere prestígio à profissão acadêmica.

Os Estados ocidentais, em média, têm se empenhado muito nessa reforma, especialmente a partir desta última década. Da América do Norte à Europa, incluindo toda a América Latina, a literatura especializada reflete, critica e propõe alternativas à universidade. As políticas de Estado destinadas à mudança dos sistemas de ensino superior têm sido frenéticas. No Brasil, incia-se com a lei de diretrizes e bases¹³ que configura maior flexibilidade ao sistema, superando a rigidez mono-estrutural¹⁴ da legislação anterior e rendendo-se à diversidade real do sistema. O atual governo brasileiro empenha-se em uma política múltipla que ataca várias frentes do sistema de ensino superior¹⁵. Objetiva, primeiramente, a expansão de todo o sistema. Para isso, entende que se faz necessário não só o aumento de matrículas, o crescimento das instituições e o surgimento de novas, mas também uma questão polêmica: a diversificação das insti-

12 - Esta é uma tese controversa, que ainda não é consenso entre os autores. Ver: Castells, op. cit.; Gadelha, 1997 e Sader & Gentili, 1995.

13 - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

14 - Pela lei 5.540/68, a estrutura do sistema de ensino superior público era única: a universidade e esta, baseada na departamentalização.

15 - O objetivo deste trabalho não é avaliar a política de ensino superior do atual governo. Questão, aliás, polêmica, que merece estudo detalhado.

tuições para atender demandas diferenciadas, em especial no setor público. A questão da qualidade também é ponto da atual política de ensino superior, empreendida através da avaliação da graduação (medida nova) e da pós-graduação (mecanismos já existentes e que estão sendo repensados), além da discutida política de estímulo à docência, desenvolvida especificamente para as universidades públicas, com o objetivo de prender os mais titulados no ensino da graduação. As propostas de mudanças curriculares estão surgindo como resultado das necessidades de qualificação profissional impostas pelo redimensionamento do mercado de trabalho, da flexibilidade permitida pela legislação e das políticas de expansão e de avaliação. Mas o ponto fulcral dessa política é a especialização das instituições de ensino superior e a sua conseqüente seletividade para o acesso ao financiamento público. Seletividade que vai ser constatada ao longo dos anos de forma comprovada pelo sistema de avaliação aplicado. Seletividade que vai-se consolidar através de nova estruturação organizacional que contemplará a especialização das instituições, seja por área de conhecimento, seja por função formadora - possibilidade prevista na atual lei de diretrizes e bases e no projeto de autonomia universitária do governo. Avaliação-reforma institucional-especialização-seletividade-financiamento: as políticas públicas para o ensino superior brasileiro objetivam adequar a universidade e a profissão acadêmica aos 'novos tempos'.

Nesta efervescência de mudanças no sistema de ensino superior brasileiro, algumas destinadas exclusivamente às universidades públicas, cabe questionar: como ficam os senhores do conhecimento? Como impactam essas medidas no meio acadêmico? Como recebem os docentes do ensino superior público essas reformas? Parafraseando Antón (2000), como sujeitos, como espectadores ou como reféns?

O impacto: um caso específico

Objetivando detectar esse impacto, foi desenvolvido um estudo piloto na Universidade de Brasília nos anos de 1998 e 1999. A UnB foi escolhida por ser considerada uma das instituições de excelência na

classificação desenvolvida por dois autores diferentes, que seguem critérios distintos. Para Aragón (2000 e 1994), a UnB ocupa o quinto lugar no *ranking* das universidades altamente consolidadas. Os critérios de classificação observam a qualidade dos programas de pós-graduação, (cursos em todas as áreas do conhecimento, a maioria com conceitos elevados nas agências estatais avaliadoras/financiadoras); um corpo docente com qualificação e produção que a situa entre as cinco primeiras universidades federais; as mais altas notas na avaliação do ensino de graduação desenvolvida pelo ministério da educação nos anos de 98 e 99. Balbachevsky classifica a Universidade de Brasília como componente do contexto I ou semi-acadêmico “...corresponde a instituições com alta proporção de professores trabalhando em Tempo Integral e Doutores (mais de 50%...)...”¹⁶. A autora estabelece sua categorização a partir do critério básico da carreira acadêmica que é a titulação e da correspondente dedicação ao ensino, à pesquisa, às atividades administrativas internas da universidade, à extensão e às atividades de consultoria. Embora os dois autores adotem critérios diferentes, ambos chegam a uma classificação semelhante sobre a Universidade de Brasília.

O estudo realizado constituiu uma amostragem aleatória simples, sem reposição, do universo investigado. A Universidade de Brasília contava com 1.497 professores em seu quadro funcional de dedicação exclusiva, no ano de 1999. Foram aplicados 143 questionários, o que perfaz uma amostra de 9,3%. Esta amostra apresentou 4,2% de titulares; 51% de professores adjuntos; 32,2% de assistentes e 12,6% de auxiliares. Se considerarmos a variável titulação, a amostra consistiu de 51,7% doutores; de 28,7% mestres; de 2,8% especialistas e de 16,8% professores graduados. Uma terceira dimensão verificada foi o gênero da população investigada: 65% dos professores efetivos da Universidade de Brasília são homens e 35% são mulheres. Uma última perspectiva foi a das áreas de conhecimento: adotando-se o critério de delimitação estabelecido pela CAPES/CNPq¹⁷, a amostra apresentou

16 - CAPES - Fundação-Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

17 - Balbachevsky, 1996-A:13.

21% de docentes nas ciências exatas e da terra; 10,5% nas biológicas; 9% nas engenharias; 9,8% nas ciências da saúde; 6,3% nas ciências agrárias; 10,5% nas ciências sociais aplicadas; 21,7% nas ciências humanas e 11,2% na lingüística, letras e artes. Todas as variáveis da amostragem apresentaram uma aproximação *pari passu* com o universo investigado.

Ainda que todas essas variáveis tenham sido observadas na pesquisa - titulação, categoria funcional, sexo e área do conhecimento - este trabalho ressaltará o posicionamento dos doutores e dos titulares em relação às políticas de ensino superior que o Estado brasileiro tem implementado para o setor, em especial as universidades públicas e seu professorado. A distinção entre categoria funcional (titulares) e titulação (doutores) será enfatizada porque, embora seja ínfimo, existem titulares que não são doutores e o grande número dos doutores não é titular. De qualquer forma, essas duas subcategorias constituem o *alto clero*¹⁸ da universidade. Alto clero porque além de serem os profissionais de maior qualificação, são os que se dedicam *full time* às atividades fins da universidade com atuação na pós-graduação, orientação de teses, coordenação de projetos coletivos de pesquisa, produção científica consubstanciada em publicações. Titulares e doutores são os acadêmicos por excelência. Dotados de autonomia intelectual e de um *capital cultural*¹⁹ que lhes possibilita elaborarem proposituras alternativas à realidade, assim como novos arsenais teóricos e metodológicos de investigação científica. O poder de influência de titulares e doutores geralmente transcende o *campo científico*²⁰ e manifesta-se nos altos cargos da estrutura estatal que, muitas vezes, são convidados a ocupar. Muitos deles são os próprios formuladores das políticas públicas, senão diretamente, à frente de cargos político-administrativos, mas indiretamente, através de consultorias. Assim, além de produzirem o conhecimento novo, formam profissionais qualificados que vão-se constituir também formadores²¹. Os demais são aprendizes.

18 - Coelho, 1988. Esta expressão não está sendo utilizada, neste trabalho, em seu sentido corrente, pejorativo.

19 - Bourdieu, 1987.

20 - idem, 1985.

21 - O termo formador aqui não se restringe à função professoral. Pelo contrário, abrange vários outros tipos de profissionais que vão atuar no mercado de trabalho.

Há que se considerar ainda que estruturas organizacionais distintas produzem culturas institucionais diferentes no meio acadêmico e estas, identidades diferenciadas que proporcionam visões e atuações díspares a respeito de uma mesma prática. O ambiente acadêmico, aliado às estratégias profissionais individuais, proporciona diferentes valores, culturas acadêmicas e padrões de envolvimento profissional diferenciados. Se estas diferenças aparecem no sistema de ensino superior brasileiro, considerando a categoria das instituições e o lugar que estas ocupam no *podium*, observam-se nuances de diferenciação na cultura, valores e práticas se considerarmos a profissão acadêmica. Balbachevsky (2000) demonstra como o nicho da cultura de valorização da prática de pesquisa e de produção de conhecimentos está alocada na carreira do professor-doutor, cuja estratégia profissional é hetero-referente, cosmopolita. Este nicho subsume o papel docente ao de pesquisador e utiliza, como principal escala de prestígio, o reconhecimento de seus pares a partir das atividades de pesquisa e produção. As relações de poder a que se está subsumido e a escala de prestígio que se conquista no campo científico são estabelecidas a partir do *capital cultural* que se consegue acumular. Este corporifica-se em títulos, publicações, cargos, posições internas e externas ao meio acadêmico. O que significa dizer que, na estrutura acadêmica, não são todos tão pares assim. Por isso ressaltamos, neste estudo de caso, o posicionamento dos professores doutores e dos titulares em relação às políticas de ensino superior, diferenciando-o dos demais níveis da carreira acadêmica.

O instrumento de pesquisa utilizado consistiu de um questionário estruturado, dividido em quatro partes. A primeira e segunda objetivavam coletar dados gerais que possibilitassem a caracterização da população investigada e de sua formação acadêmica. Na terceira, o questionário procurou detectar alguns valores e práticas que permeiam o mundo acadêmico. O último bloco de questões do instrumento de pesquisa buscou detectar o impacto que as atuais políticas públicas de ensino superior causou sobre a comunidade acadêmica. Quatro temas foram destacados no bloco de políticas públicas: a possibilidade de mudança da estrutura organizacional das instituições federais de ensino superior; a questão da especialização dessas instituições - estes dois últimos diretamente

correlatos ao mecanismo de seletividade; os elementos que compõem o conceito de autonomia universitária e a visão dos acadêmicos sobre os possíveis fatores causadores da crise das universidades públicas.

Com relação ao primeiro subtema: a possibilidade de mudança da estrutura interna da universidade pública, proposta fulcral na atual política de Estado, este foi um dos pontos que mais encontrou resistência no seio da comunidade acadêmica: a rejeição total é alta em todas as categorias da titulação, mas o maior índice encontra-se entre os doutores (54,2%) e titulares (50%). É relevante considerar que a mudança estrutural da universidade federal está relacionada à sua desestatização de fato, ainda que na reforma do Estado implantada pelos militares em 69, as autarquias e fundações tenham sido criadas como estruturas administrativas descentralizadas²². A real e efetiva autonomia da universidade, a ponto de esta ser banida da estrutura estatal, como prevê a atual política de ensino superior, parece ser uma possibilidade radical demais para os acadêmicos pesquisados. Este receio está relacionado à história do financiamento do ensino superior brasileiro, em especial nas últimas duas décadas. Passados os anos dourados de criação e consolidação da estrutura federal de ensino superior e de ciência & tecnologia, montada e financiada pelos militares como parte de seu projeto de desenvolvimento nacional, a universidade pública brasileira viu-se, sistematicamente, relegada a últimos planos. Com a possibilidade de as universidades deixarem de ser parte integrante do Estado, os acadêmicos parecem temer a não inclusão das atividades de ensino superior e de pesquisa científica no orçamento estatal, o que obrigaria a uma privatização da mesma. Esse receio pôde ser comprovado através do instrumento de pesquisa aplicado. Argüidos sobre quais seriam os fatores causadores da crise que se arrasta, pelo menos, há duas décadas no setor público, os professores apontaram a ausência de um aporte de recursos financeiros mais volumoso: titulares 87,5%; doutores 65,7%.

Subsumido à reforma da estrutura institucional da universidade brasileira, em especial à pública, encontra-se a possibilidade da atual política de ensino superior contemplar a diversidade real do sistema, flexibilizando o subsistema público e permitindo a incorporação da

heterogeneidade de instituições, em especial no sub-sistema federal. Esta é uma possibilidade bem aceita pelos doutores: 58,6% de concordância absoluta. O posicionamento dos titulares é comedido: 37,5% apresentam discordância total em contraposição a 37,5% que concordam com restrições. Começa a se delinear nichos de diferenciação conceptual-político entre os vários segmentos que compõem a profissão acadêmica.

Correlacionadas a essas duas questões estão outras duas: a estabilidade garantida aos docentes, como a qualquer funcionário público, nos moldes previstos pela Lei nº 8.112/90 e a isonomia salarial entre os docentes das IFES²³. Com relação à estabilidade, 75% dos titulares e 64,8% dos doutores posicionam-se pela quebra da estabilidade funcional na carreira acadêmica. A discordância dos titulares à manutenção da estabilidade funcional dos docentes é absoluta, enquanto a dos doutores é relativa: 45,1% total e 19,7% parcial. Isso demonstra a tendência à desburocratização da profissão acadêmica. Respaldados no *ethos* e nas práticas que lhe dão identidade, o universo pesquisado posiciona-se por sua desvinculação como funcionários públicos. O cotidiano de suas práticas de ensino e de pesquisa, a sua função social de criação e difusão do conhecimento novo, seja puro ou aplicado, e da qual a sociedade é profundamente dependente, é o amálgama que constitui a profissão acadêmica como grupo específico e, por isso, requer tratamento diferenciado por parte do Estado. Assim, o que lhe confere identidade enquanto grupo específico não é o fato de as universidades federais brasileiras serem parte da estrutura estatal, muito menos o fato de ser o governo federal que efetua o pagamento de seus proventos. Já à questão da isonomia entre as IFES, o posicionamento destas categorias específicas de professores da UnB é um contudente não: titulares, também, 75% e doutores 70,4%. No caso dos titulares, a discordância expressa é relativa: 50% total e 25% parcial. Na questão salarial começa a se delinear a defesa da diversidade do subsistema federal de ensino superior.

À possibilidade de existirem 'universidades especializadas', como prevê a LDB²⁴, a concordância relativa foi alta entre os doutores: 60,5% (36,6% total e 23,9% parcial). Os titulares (66,6%) apresentam-se des-

23 - Instituições Federais de Ensino Superior.

24 - Lei nº 9.394/96, Art. 52, parágrafo único.

favoráveis à especialização das instituições no subsistema, de acordo com missões institucionais diferentes: ou ensino, ou pesquisa (44,4% total e 22,2% de discordância parcial). Este dado confirma o anterior, aqui, 44,4% dos titulares são absolutamente desfavoráveis à especialização de instituições de ensino superior segundo funções, lá, apenas 37,5% dos titulares aceita, com restrições, a diversidade do subsistema com a criação de novos tipos de instituições. Observa-se, assim, coerência no posicionamento dos titulares, uma vez que a especialização das instituições de ensino superior por funções últimas vai demandar novas estruturas organizacionais, permitindo a diversidade do subsistema. Mas apresenta-se um paradoxo entre a reação dos titulares e a dos doutores. Os doutores apresentam-se, tendencialmente, mais abertos à possibilidade tanto de flexibilização da estrutura organizacional da universidade, quanto à diversificação do subsistema federal de ensino superior. Como explicar esta contradição entre titulares e doutores? Recorro à Clark (1983), Balbachevsky (2000) e Bourdieu (1987 e 1985). Há diferentes profissões acadêmicas no campo científico. As diferenças são amalgamadas a partir de identidades específicas que cada nicho consolida, a partir de um *ethos* vinculado, provavelmente, a outras variáveis como área do conhecimento e mesmo sexo. A titulação e o degrau ocupado na categoria funcional, não foram suficientes, neste caso, para explicar as nuances de diferenciação de posicionamentos diferentes entre doutores e titulares. O refino dos dados, através do cruzamento com essas outras variáveis, possibilitar-nos-á, futuramente, a explicação desse filigrana. Fico a dever o desvelamento deste dado em uma análise mais acurada.²⁵

Em que pese as sutis diferenças, há mais um elemento comum entre os dois segmentos estudados: uma ferrenha crítica à atuação do Estado, no que toca, principalmente, ao tema financiamento. Tal crítica é revelada pelos dados nas questões sobre a realidade concreta das

25 - Este trabalho consiste de uma primeira análise dos dados coletados através da pesquisa *Políticas Públicas e Profissão Acadêmica*. O projeto foi desenvolvido nos anos de 1998 e 1999 e subdividiu-se em três subpartes integradas mas independentes: Profissão Acadêmica - perfil e especificidades, coordenado pelo Dr. Virgílio Alvarez Aragón (também coordenador-geral do projeto integrado); Profissão Acadêmica - escala de valores e prestígio, coordenado pelo Dr. Bráulio Tarcísio Porto de Mattos e Políticas Públicas - impacto no meio acadêmico, coordenado pela autora.

universidades públicas. Solicitado aos acadêmicos que atribuísem pesos a uma listagem de possíveis fatores explicativos da atual condição de crise das instituições federais de ensino superior, a população investigada ressaltou a ausência de investimentos financeiros por parte do Estado como fator essencial: 87,5% dos titulares e 65,7% dos doutores. O segundo quesito apontado diz respeito a uma questão interna da universidade: a má-administração dos recursos humanos foi apontada como essencial por 75% dos titulares e 52,1% dos doutores. Questões mais pertinentes à cultura acadêmica como pluralismo de concepções e a consolidação de uma ética acadêmica foram relevados como secundários. A crise da universidade pública brasileira é explicada, pelos acadêmicos dos últimos níveis da carreira da Universidade de Brasília, a partir de questões materiais de sobrevivência desta como o financiamento e o auto-gerenciamento dos recursos disponíveis.

O conceito de autonomia é fulcral à estrutura e ao funcionamento da universidade, desde as suas mais remotas origens, quando a instituição digladiava-se com o poder espiritual da igreja, abrindo novos objetos de estudo, insurgindo-se por hipóteses consideradas sagradas, aplicando novos métodos de investigação, criando novas teorias explicativas. De lá para cá, a luta tem sido com o poder secular do Estado, no sentido de manter-se livre de orientações políticas, de freios ideológicos, de direcionamentos financeiros. A universidade, em especial a pública brasileira, chega a este momento histórico com a mesma tensão que a angustia desde seu nascimento: a manutenção de sua autonomia frente às reformulações do mercado, do Estado e da sociedade; frente aos modismos passageiros do consumo que impõe a criação constante de novas mercadorias, novos serviços, direcionando a investigação científica. Desde 1988 esse é um debate presente nos meios acadêmicos e políticos brasileiros. A Constituição Federal elevou à categoria de princípio constitucional a autonomia universitária²⁶. O atual governo empenha-se pela regulamentação deste artigo em um projeto de emenda constitucional que se arrasta deste 1995, enfrentando a resistência dos meios

26 - Muito pela pressão do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. Organização da sociedade civil composta por 16 associações de caráter acadêmico, profissional, sindical e estudantil, ligadas à área de educação e que atuaram de forma organizada na constituinte. Ver Pinheiro, 1991.

acadêmicos e sindicais, principalmente. Assim, é importante conhecer o quê a profissão acadêmica compreende por autonomia: o quê os acadêmicos da Universidade de Brasília conceituam como autonomia?

O conceito apresentado pelos titulares aborda preponderantemente dois aspectos: a relação política com o Estado e a missão primal da universidade: os dois quesitos foram consideradas *essenciais*: não submissão ao poder executivo 50% e liberdade de ensinar e pesquisar: 55,6%. Já os doutores apresentam uma variação do conceito de autonomia: foram consideradas *essenciais* a liberdade de escolher os representantes políticos no interior da instituição (77,3%) e a independência político-partidário (70,4%) e ideológica (74,6%) da universidade. Os dados expressam que os titulares preservaram, no *ethos* acadêmico, o conceito clássico de autonomia, primordialmente relacionado aos fins históricos e sociais últimos da instituição. O conceito de autonomia dos doutores enfoca a relação com os aspectos político-ideológicos, mais vinculado à conjuntura política brasileira. Uma lacuna é importante ressaltar: nesta febre de avaliação das instituições de ensino superior, a liberdade de a universidade exercer esta prerrogativa ocupou escala secundária: 50% dos titulares e 45,1% a consideram apenas relevante. Por já estar tradicionalmente subsumida às atividades seculares da academia, a possibilidade desta auto-avaliar-se é considerada elemento intrínseco de suas práticas cotidianas.

Respondendo à questão proposta por Antón (2000) e considerando a análise de Balbachevsky (2000) e Aragón (2000 e 1994), a possibilidade de os acadêmicos da Universidade de Brasília serem sujeitos, espectadores ou reféns das atuais políticas de ensino superior está correlacionada à posição que a instituição ocupa no espectro de instituições de ensino superior. O ambiente produzido pela instituição vai propiciar a fecundação de uma cultura acadêmica que a distingue das demais. Essa cultura específica expressa-se com maior nitidez e delineamento em determinados nichos profissionais, a depender da teia de relações acadêmicas e políticas em que se movimenta o docente.

Observa-se nessas respostas, em média, uma indefinição dos acadêmicos da Universidade de Brasília à proposta de flexibilização do modelo humboldtiano de universidade, expressa nas atuais políticas de ensino superior. Levanto, como hipóteses, algumas possíveis variáveis

explicativas para a indefinição detectada. Primeiro, a flexibilidade detectada, de maneira mais incisiva entre os doutores que entre os titulares, **não** assume a perspectiva de adaptar a universidade à dinâmica globalizante, ou aos 'novos tempos', mas advém de uma consciência histórico-política, embasada em conhecimentos dos possíveis e variados fatores causadores da crise que se expressa, de forma profunda e crônica há, pelo menos duas décadas, nas instituições públicas de ensino superior, como foi comprovado pelos dados (descrito e analisado em parágrafos anteriores).

Segundo, o caso brasileiro é complexo: se, por um lado, o constructo humboldtiano expressa um *tipo ideal* de universidade - a estrutura clássica, autônoma frente ao poder político do Estado, aos interesses pragmáticos do mercado e aos modismos ideológicos de qualquer ordem, capaz de realizar ensino, pesquisa e extensão - por outro lado, representa também a defesa de uma estrutura calcada sob o auspício do autoritarismo brasileiro. A estrutura federal de ensino superior brasileira - única - foi montada pelos militares como instituições estratégicas de seu mega-projeto desenvolvimentista. Tomando-se por referência à História, é politicamente questionável manter-se na defesa de um modelo de universidade que foi criado como sustentáculo de um projeto de desenvolvimento já falido e autoritário, ainda que esta estrutura tenha sido, tentativamente, a viabilização prática de um modelo ideal.

Terceiro, considerando-se as novas configurações e necessidades do mercado de trabalho, é problemático manter-se como reduto de uma estrutura única, que não desempenha funções múltiplas, que não se rende à diversidade da realidade e que, portanto, relega tal possibilidade para o setor privado. O subsistema privado de ensino superior brasileiro tem-se expandido com uma velocidade intensa, desde fins dos anos oitenta. Estas instituições têm apresentado a capacidade de reorganização rápida a partir da nova legislação, das demandas do mercado e das políticas públicas, oferecendo não só diferentes e novos cursos como variados níveis de qualificação profissional.²⁷

Quarto, se nos reportarmos ao funcionamento interno da universidade federal pública, estudos apontam, desde a década de oitenta, como

27 - Ver Martins, 1999.

tal estrutura possibilitou uma prática acadêmica que se torna a negação da ética acadêmica²⁸, ainda que este subsistema tenha reafirmado-se como referência de excelência frente ao subsistema privado que, em média, congrega instituições de todos os tipos e modalidades: desde centros formadores de pesquisadores e acadêmicos à, literalmente, frabriquetas de diplomas que ministram cursos de fins de semana. Consolidou-se assim uma ' vaidade ' no meio acadêmico federal, referendada pelas últimas avaliações realizadas pelo Ministério da Educação na graduação - onde, sistematicamente, as instituições públicas²⁹ têm apresentado as melhores notas - e na avaliação da pós-graduação procedida ao longo dessas décadas.

Assim, não se pode dizer que o alto clero da Universidade de Brasília seja tendente às reestruturações da universidade pública propostas pela nova política de ensino superior brasileira, que objetiva quebrar a estrutura monocórdia do subsistema federal de ensino superior. Tampouco se pode dizer que apresentem uma resistência definida. Os titulares enfileiram-se na defesa do modelo humboldtiano de universidade, apresentando maior discordância à reforma institucional da universidade pública brasileira. Já os doutores posicionam-se favoravelmente à flexibilidade das IFES, sem que isso signifique a saída das universidades federais da estrutura estatal. Assegurar o ensino superior e a pesquisa científica, realizados nas instituições públicas, como atividades de responsabilidade do Estado é garantir a sua manutenção financeira através do orçamento público federal. Não se está expressando aqui que os doutores da Universidade de Brasília estão de acordo com a política do governo. O que os dados demonstram é uma abertura desses acadêmicos à possibilidade de mudança da estrutura funcional da universidade pública federal.

A posição dos acadêmicos da Universidade de Brasília, especificamente titulares e doutores, frente às atuais políticas de ensino superior, expressa uma diversidade de posicionamentos. A heterogeneidade de posições está alocada segundo o nicho da carreira, comprovando a aná-

28 - Coelho, 1988.

29 - Muito embora esteja referindo-me à parte do sistema de ensino superior público brasileiro - as instituições federais de ensino - no que tange à avaliação, tanto da pós quanto da graduação, não se pode esquecer a excelência de algumas estaduais.

lise de Bourdieu (1987 e 1985) e de Balbachevsky (2000), conjuntamente: capital cultural diferenciado, posições internas diversificadas no campo científico, posicionamento político-conceptuais, valores e práticas específicos. Mas se titulares e doutores divergem no que tange à possibilidade de abertura do subsistema federal de ensino superior, no sentido de superar a rigidez da estrutura organizacional para a possível diversificação das instituições a partir da especialização por funções ou por áreas do conhecimento, ambos têm em comum a defesa da responsabilidade do Estado com a manutenção e o financiamento do ensino superior público e com a infra-estrutura institucional pública produtora de ciência & tecnologia. É parte intrínseca do *ethos* acadêmico, no nicho pesquisado, a defesa da universidade pública e da profissão acadêmica.

Referências Bibliográficas

- ANDERSON, Perry. (1995) “Balanço do Neoliberalismo” in: SADER, Emir & GENTILI, Pablo. *Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. São Paulo, Paz e Terra: 09-23.
- ANTÓN, Manuel Gil. (2000) “*Los Académicos en los Noventa: ¿Actores, sujetos, espectadores o rehenes?*” [Trabalho apresentado no Seminário Internacional A Universidade, o Ensino Superior e a C&T no Brasil e América Latina: Problemas, Soluções e Perspectivas. Brasília/Universidade de Brasília, 04/05 de maio (mimeo)]
- ARAGÓN, Virgílio Álvarez. (2000) *La Profesion Académica en Brasil: El Caso de la Universidad de Brasília*. [Trabalho apresentado no Seminário Internacional A Universidade, o Ensino Superior e a C&T no Brasil e América Latina: Problemas, Soluções e Perspectivas. Brasília/Universidade de Brasília, 04/05 de maio (mimeo)]
- _____ (1994) “El sistema de educación superior en el Brasil - su consolidación a partir del post-grad”. in: *Educação Brasileira*. [16(33): 129-152]. Brasília: Crub, 2º sem.
- AZEVEDO, Janete Maria Lins. (1997) “As relações sociais no Brasil, a política educacional e os desafios para uma educação de qualidade” in: *Revista*

Brasileira de Política e Administração da educação. [13 (1): 107-118]. Brasília: Anpae - Associação Nacional de Política e Administração em Educação, jan./junho.

BALBACHEVSKY, Elizabeth. (2000) *A profissão acadêmica no Brasil: condições atuais e perspectivas para o futuro*. [Trabalho apresentado no Seminário Internacional A Universidade, o Ensino Superior e a C&T no Brasil e América Latina: Problemas, Soluções e Perspectivas. Brasília/Universidade de Brasília, 04/05 de maio 2000. (mimeo)]

_____ (1996-A) "Atores e estratégias institucionais: a profissão acadêmica no Brasil - Parte I ensino e extensão" in: *Documento de Trabalho 1º/96*. São Paulo: USP/ Nupes.

_____ (1996-B) "Atores e estratégias institucionais: a profissão acadêmica no Brasil - Parte II pesquisa, valores e orientações" in: *Documento de Trabalho 2º/96*. São Paulo: USP/Nupes.

BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira. (1993) "A Sociologia das Profissões: em torno da legitimidade de um objeto" in: *BIB-Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais* (nº 36,p: 03-30) Rio de Janeiro: Relume Dumará/São Paulo: Anpocs-Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2º sem.

BECHER, Tony. (1987) "Las disciplinas y la identidad de los académicos" in: CLARK, Burton R. *The academic profession: National Disciplinary and Institutional Settings*. EUA: University of California Press, p.: 271-303 (traducción: Unision)

BORÓN, Atílio. (1995) "A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal" in: SADER, Emir & GENTILI, Pablo. *Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. São Paulo, Paz e Terra: 63-124.

BRAVERMAN, Harry. (1987) *Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara.

BOURDIEU, Pierre. (1994) "O Campo Científico" in: ORTIZ, R. (org.) *Coleção Grandes Cientistas Sociais* (nº 37) São Paulo: Ática.

_____ (1987) "Los Tres Estados del Capital Cultural" in: *Sociológica* (Ano II, nº 5). México: UAM.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. (1998) "Um novo Estado para a América Latina" in: *Novos Estudos*. [(50): 91-8]. São Paulo: Cebrap, março.

_____ (1996) "Da administração pública burocrática à gerencial" in:

Cadernos ENAP. Brasília: ENAP.

- CARDOSO, Fernando Henrique. (1998) "Notas sobre a reforma do Estado" in: *Novos Estudos*. [50]: 05-12]. São Paulo: Cebrap, março.
- CASTELLS, Manuel. (1999) *A Sociedade em Rede*. (Vol. I) São Paulo: Paz e Terra, 2ª ed..
- CASTRO, Claudio de Moura. (1997) "Como será o ensino superior no ano 2000?" in: SENADO FEDERAL. *O Livro da Profecia*. Brasília: Senado Federal, p.: 153-73.
- _____ (1997) "Ensino Privado ou Público: eis a falsa questão" in: *Ensaio - Avaliação e Políticas Públicas em Educação* [17(5): 423-52]. Rio de Janeiro: Cesgranrio, out./dez.
- _____ (1995) *Educação Brasileira: Consertos e Remendos*. Rio de Janeiro: Rocco.
- _____ (1993) "Educação Brasileira: Consertos e Remendos" in: *Policy Paper*. (nº 04) São Paulo: Ildesfes - Instituto Latino-americano de Desenvolvimento Econômico e social/Fundação Friedrich Ebert no Brasil/ Friedrich Ebert Stiftung, 20 de setembro.
- CASTRO, Magali. (1997) "Gestão de Universidade de Terceiro Milênio: alguns desafios e perspectivas" in: *Ensaio - Avaliação e Políticas Públicas em Educação*. [5 (17): 463-75]. Rio de Janeiro: Cesgranrio, out./dez.
- CLARK, Burton R. (1983) *El sistema de educación superior: una visión comparativa de la organización académica*. México: Universidad Autónoma Metropolitana-Azcapotzalco/Nueva Imagem/Universidad Futura/Editorial Patria S.A. de C.V.
- COELHO, Edmundo Campos. (1988) *A Sinecura Acadêmica: A ética universitária em questão*. São Paulo: Vértice/Editora Revista dos Tribunais.
- CUNHA, Luiz Antônio. (1997) "Políticas para o Ensino Superior: do geres à LDB" in: *Sociedade & Estado*. (Vol. XII, nº 1, p.: 57-83). Brasília: Universidade de Brasília/Departamento de Sociologia/EdUnB/Paralelo 15, jan./jun.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. (1997) "Evolução da educação superior no Brasil: a participação do setor público e da iniciativa privada" in: *Revista Brasileira de Política e Administração da educação*. [13(1):39-69]. Brasília: Anpae - Associação Nacional de Política e Administração em Educação, jan./junho.
- DEMO, Pedro (2000) "Política Social do Conhecimento e Educação" in: *Ensaio -*

- Avaliação e Políticas Públicas em Educação* [Vol 8, nº26, p: 05-27]. Rio de Janeiro: Cesgranrio, jan./março.
- DOWBOR, Ladislau. (1997) “Reordenamento do poder e políticas neoliberais” **in:** GADELHA, Regina Maria A Fonseca. (org.) *Globalização, Metropolização e Políticas Neoliberais*. São Paulo, educ: 97-110.
- DURHAM, Eunice R. (1998) “O Ensino Superior na América Latina: tradições e tendências”. **in:** *Novos Estudos*. [(51): 91-105]. São Paulo: Cebrap, julho.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. (1999) *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- FIGUEIREDO, Vilma. (2000) *Universidade Pública, C&T e acadêmicos*. [Trabalho apresentado no Seminário Internacional A Universidade, o Ensino Superior e a C&T no Brasil e América Latina: Problemas, Soluções e Perspectivas. Brasília/ Universidade de Brasília, 04/05 de maio. (mimeo)]
- GADELHA, Regina Maria A Fonseca. (1997) “Globalização e crise estrutural” **in:** GADELHA, Regina Maria A Fonseca. (org.) *Globalização, Metropolização e Políticas Neoliberais*. São Paulo, educ:51-72
- GIANNOTTI, José Arthur. (1999) “Reverência à nossa profissão” **in:** *Novos Estudos*. [(54): 05-10]. São Paulo: Cebrap, julho.
- GOERGEN, Pedro. (1996) “Ciência, Sociedade e Universidade” **in:** *Educação & Sociedade*. (Ano XIX, nº 63, p.:53-79) Campinas: Papyrus/Cedes, agosto.
- GORENDER, Jacob. (1997) “Estratégias dos Estados nacionais diante do processo de globalização” **in:** : GADELHA, Regina Maria A Fonseca. (org.) *Globalização, Metropolização e Políticas Neoliberais*. São Paulo, educ: 73-96.
- MARTINS, Carlos Benedito. (1999) *Notas sobre o sistema de ensino superior brasileiro contemporâneo*. Brasília: Universidade de Brasília/Ceam- Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares/Nesub-Núcleo de Estudos sobre Ensino Superior. (public. nº 02)
- MARTINS, Luciano. (1997) “Reforma da Administração Pública e Cultura Política no Brasil: uma visão geral” **in:** *Cadernos ENAP*. Brasília: ENAP
- MINOGUE, Kenneth. (1981) *O Conceito de Universidade*. Brasília, EdUnB.
- MORAES, Reginaldo Carmello Corrêa de. (1998) “Universidade hoje: ensino, pesquisa e extensão” **in:** *Educação & Sociedade*. (Ano XIX, nº 63, p.:19-37) Campinas: Papyrus/Cedes, agosto.
- PINHEIRO, Maria Francisca Sales (1991) *O Público e o Privado na Educação Brasileira: um conflito na constituinte (1987/1988)*. Brasília, Universidade de

- Brasília/Departamento de Sociologia (tese de doutorado).
- ROMANO, Roberto. (1998) “Depois do pacote e dos cortes de bolsa” in: *Educação & Sociedade*. (Ano XIX, nº 63,p.:38-50) Campinas: Papirus/Cedes, agosto.
- SANTOS, Cássio Miranda dos. (1988) “O acesso ao ensino superior no Brasil: a questão da elitização” in: *Ensaio - Avaliação e Políticas Públicas em Educação* [Vol 6, nº19, p: 237-57]. Rio de Janeiro: Cesgranrio, abr./jun.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. (1998) “Do diário de Sísifo: obstáculos econômicos à democracia” in: *Novos Estudos*. [(50): 61-89]. São Paulo: Cebrap, março.
- SCHWARTZMAN, Simon. (1994) “O futuro da educação superior no Brasil” in: WARDE, Mirian Jorge & PAIVA, Vanilda. *Dilemas do Ensino Superior na América Latina*. Campinas: Papirus.(p.: 143-79)
- SINGER, Paul. (1997) “O papel do Estado e as políticas neoliberais” in: GADELHA, Regina Maria A Fonseca. (org.) *Globalização, Metropolização e Políticas Neoliberais*. São Paulo, educ:125-40.
- THERBORN, Göran. (1995) “A crise e o futuro do capitalismo” in: SADER, Emir & GENTILI, Pablo. *Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. São Paulo, Paz e Terra: 39-50.
- TRIGUEIRO, Michelangelo Giotto Santoro. (1999) *Universidades Públicas: desafios e possibilidades no Brasil contemporâneo*. Brasília: EdUnB.
- VESSURI, Hebe M. C. (1994) “Acadêmicos Empresários: por que e como alguns professores escolhem trabalhar com o setor produtivo a partir do meio acadêmico” in: WARDE, Mirian Jorge & PAIVA, Vanilda (orgs.). *Dilemas do Ensino Superior na América Latina*. Campinas, Papirus. P.: 143-79.

SOBRE AS INSTITUIÇÕES

Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior – Sindicato Nacional: A ANDES foi fundada em janeiro de 1981 a partir da organização das Ads – Associações de Docentes, surgidas em várias universidades brasileiras desde 1976. Apresenta por eixo de ação a defesa do ensino público e gratuito; a democratização da universidade e a defesa dos interesses trabalhistas e salariais dos docentes. A gestão 1998/2000 teve como Presidente Dr. Renato de Oliveira, professor adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Campus Universitário Darcy Ribeiro – Universidade de Brasília

Caixa Postal 04470 CEP 70919-970 Brasília – DF - BRASIL

Fone: 55 00 61 347-2028 / Fax: 55 00 61 274-3303

Site: www.Andes.org.br

e-mail: andes-sn@andes.org.br

Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre América Latina e Caribe
– O CEPPAC é uma unidade acadêmica da Universidade de Brasília, vinculada ao Instituto de Ciências Sociais (ICS) e membro do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais – CLACSO. Constitui um centro de altos estudos que abriga um programa de pós-graduação (doutorado) denominado Estudos Comparativos sobre América Latina e Caribe. Apresenta as seguintes linhas de pesquisa: Desenvolvimento, Estado e Políticas Públicas Comparadas; Estado e Sociedade; Identidades e Culturas Latino-americanas; Pensamento Social Comparado na América Latina; Relações Internacionais e Integração Econômica, Política e Cultural; Universidade, Educação e Sociedade.

Campus Universitário Darcy Ribeiro/UnB

Pavilhão Multiuso II – 1º andar - Asa Norte

70910-900 Brasília - DF - BRASIL

Fone/Fax: 55 00 61 273-3710 Fones: 55 - 00 61 307-2590 e 307-2591

Home Page: www.unb.br/ics/ceppac

e-mail: ceppac@unb.br

Núcleo de Estudos sobre Ensino Superior – O NESUB integra o Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares (CEAM) da Universidade de Brasília - UnB. Dotado de autonomia acadêmica e administrativa, o núcleo desenvolve pesquisas sobre temas relevantes do ensino superior. Nos últimos anos, tem consolidado sua atuação por meio de análises comparadas de alcance regional e nacional, bem como pela formação de uma rede de pesquisadores ligados a importantes universidades brasileiras. Oferece consultorias e capacitação para dirigentes e técnicos de instituições de ensino superior. Promove intercâmbios institucionais e divulga estudos sobre o ensino superior.

SCLN 406 Bloco “A” Salas 217-19 - Asa Norte

70874-510 Brasília - DF - BRASIL

Fone/Fax: 55 00 61 349-7826 Fone: 55 00 61 349-7015

Home page: www.nesub.org

e-mail: nesub@tba.com.br

SOBRE OS AUTORES

André de Faria Pereira Neto – Historiador, Doutor em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social da UERJ. Pesquisador na Casa de Oswaldo Cruz; pereiraneto@hotmail.com.br

Benício Viero Schmidt – Doutor em Ciência Política (Stanford University/EUA,1979); Pós-Doutorado em Sociologia do Desenvolvimento (Université de Paris I/França,1994); Professor Titular de Sociologia no Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre América Latina e Caribe; Diretor científico do CEPPAC/UnB; *colunista do jornal eletrônico Brasil em Tempo Real* (www.emtemporeal.com.br); benicio@unb.br

Carlos Alberto Marquis - Magister en Sociología-UNAM/México. Investigador del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Tecnológicas (CONICET). Profesor Titular: UBA, 1987-92; UNLZ, Argentina, 1988; UNAM, 1976-89. Profesor invitado: Universidad de Mar del Plata 1998; Universidad Federal de Santa Catarina, Brasil, 1990-91; Universidad del Estado de México, 1982. Actual Director Ejecutivo del Fondo para el Mejoramiento de la Calidad Universitaria (FOMECA), Ministerio de Educación / Banco Mundial, 1995/2000; cmarquis@sinectis.com.ar

Elizabeth Balbachevsky – Doutora em Ciência Política pelo Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (1995); professora do Departamento de Ciência Política da USP; pesquisadora do Núcleo de Pesquisas em Relações Internacionais - NUPRI/USP e do Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior, NUPES/USP; balbasky@usp.br

Jacques Velloso – Ph.D. em Educação pela Universidade de Stanford (1975). Professor titular de Economia da Educação da Universidade de Brasília. Pesquisador nível I-A do CNPq. Consultor ad hoc do CNPq; da CAPES, SBPC, FLACSO e ANPED. Membro da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (mandato 1996-2000); jvelloso@tba.com.br

José Antônio Giusti Tavares - Doutor em Ciência Política pelo IUPERJ; coordenador do programa permanente de investigação em instituições políticas e governo

(POLIS); professor de Ciência Política no programa de doutorado em Direito da UFRGS e na ULBRA. Pesquisador associado no Guest Scholar do Helen Kellogg Institute for International Studies of Notre Dame (Indiana/USA,1998); autor dos livros *A Estrutura do Autoritarismo Brasileiro* (Mercado Aberto,1982); *Sistemas Eleitorais nas Democracias Contemporâneas: Teoria, Instituições, Estratégia* (Relume Dumará,1994); *Reforma Neoliberal e Reversão Democrática no Brasil: da Revisão Constitucional à Reforma Constitucional* (Cashiers du Centre d'Études Politiques Brésiliennes, Paris/1995); *Reforma Política e Retrocesso Democrático: agenda para reformas pontuais no sistema eleitoral e partidário* (Mercado Aberto,1998); organizador dos livros: *Instituições Políticas Comparadas dos países do Mercosul: Argentina, Paraguai e Uruguai* (FGV, 1998); e *PT: Totalitarismo, Ilusão e Manipulação* (Mercado Aberto, 2000); jjgjustit@pro.via-rs.com.br.

Maria Zélia Borba Rocha – Historiadora, Mestre em Sociologia (UnB), professora assistente da Universidade de Brasília na Faculdade de Educação; zelia@unb.br

Manuel Gil Antón - Doctor en Metodología y Teoría de la Ciencia. Profesor del Departamento de Sociología, UAM-Azcapotzalco, integrante del Área de Investigación en Sociología de las Universidades. Coautor de: *Los Rasgos de la Diversidad: un estudio sobre los académicos mexicanos*, UAM-A, 1994. Y autor de *Conocimiento Científico y Acción Social: crítica epistemológica a la concepción de ciencia en Max Weber*, Gedisa, 1997; maga@hp9000a1.uam.mx

Renato de Oliveira – Doutor em Sociologia pela École de Hautes Studies (França/1994); Professor Adjunto do Departamento de Sociologia da UFRGS; Ex-Presidente da ANDES-SN (1998/2000). Atual Diretor-Presidente da FAPERGS; renatol@ZEUS.fapergs.tche

Virgilio Alvarez Aragón – Doutor em Sociologia (FLACSO/1993). Professor Adjunto II da Universidade de Brasília; viranette@guate.net

Vilma Figueiredo – PhD em Sociologia pela George Washington University; professora Emérita do departamento de Sociologia da Universidade de Brasília; Vice-Presidente da SBPC e Pesquisadora I A do CNPq; vilmafig@unb.br

Ubaldo Zúñiga Quiñtanilla – Engenheiro, actual Rector Universidad de Santiago de Chile; uzuniga@lauca.usach.cl

Este livro surge como resultado do intercâmbio acadêmico entre estudiosos e centros de pesquisa sobre a questão do ensino superior na América Latina. Debate que se consubstanciou no Seminário Internacional A Universidade, O Ensino Superior e a Ciência & Tecnologia no Brasil e América Latina: Problemas, Soluções e Perspectivas, realizado na Universidade de Brasília, em maio de 2000, por iniciativa do NESUB Núcleo de Estudos sobre Ensino Superior; do CEPPAC Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre América Latina e Caribe e da ANDES-SN: Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior, na gestão 98/00.

Subdivide-se em quatro grandes temáticas: Universidades Elites e Estado é o tema que abre o livro, mostrando a correlação existente entre essas três instituições, em um resgate histórico. A Formação de Cientistas: Necessidades e Soluções aponta a experiência brasileira, considerando especificamente a alocação, no mercado de trabalho, dos egressos dos cursos de pós-graduação e a formação de quadros na área médica. A Profissão Acadêmica: Especificidades e Perspectivas constitui a terceira grande área abordada na obra e apresenta um mapeamento macro dessa profissão nas instituições de ensino superior brasileiras, assim como detalha o caso mexicano e a especificidade da Universidade de Brasília. As Novas Políticas de Reestruturação do Ensino Superior e o Futuro da Universidade analisam as atuais políticas de Estado para o ensino superior, apontando as experiências chilena, argentina e brasileira.

O mundo no qual vivemos hoje é um mundo de incertezas. Incertezas provocadas, entre outros fatores, pelo paradoxo intrínseco à nossa sociedade altamente instável: a utilização social do conhecimento científico como fonte legítima e fidedigna de possibilidade de resolução dos inúmeros problemas humanos provocou, ao mesmo tempo, o surgimento de novas questões. A intensidade e a velocidade atual de produção, comercialização e difusão do conhecimento científico é uma das fontes geradoras do alto grau de instabilidade social no qual vivemos. Estamos na sociedade do conhecimento.

O ensino superior constitui uma das formas clássicas de difusão deste conhecimento. As universidades, os *loci* históricos de produção. Esta nova engrenagem social impõe nova dinâmica também a essas instituições que, na América Latina, caracterizam-se por especificidades econômicas, políticas e culturais.

É o que se dispõe a analisar este livro: a dinâmica do ensino superior, da universidade, da ciência & tecnologia e da profissão acadêmica na América Latina. E quais as possibilidades de futuro para cada uma delas, na atual conjuntura mundial.

Código EDU 300608

ISBN 85-230-0602-8



9 788523 006020